

*Coleção  
Geledés no Sistema  
Internacional*

09

FORTALECIMENTO DO PAPEL  
DOS MAJOR GROUPS E OUTROS  
STAKEHOLDERS NO COMBATE  
AO RACISMO GLOBAL





**FORTALECIMENTO DO PAPEL DOS MAJOR GROUPS E OUTROS STAKEHOLDERS  
NO COMBATE AO RACISMO GLOBAL**

**AGOSTO 2025**



# FICHA TÉCNICA

## COORDENAÇÃO EXECUTIVA:

Sueli Carneiro

## ELABORAÇÃO DE TEXTO E TRADUÇÃO:

Kátia Mello

## REVISÃO TÉCNICA:

Iradj Eghrari

## DIAGRAMADOR E DESIGNER: SENDIGITAL

Antônio Carlos “KK” Santos Filho

## FORTALECIMENTO DO PAPEL DOS MAJOR GROUPS E OUTROS STAKEHOLDERS NO COMBATE AO RACISMO GLOBAL

G316

Fortalecimento do Papel dos Major Groups e outros Stakeholders no Combate ao Racismo Global / coordenação: Sueli Carneiro - São Paulo : Geledés, 2026.

30 p. -- (Coleção Geledés no Sistema Internacional; v.9)

ISBN: 978-85-62750-38-0

1. Inclusão social – Grupos minorizados. 2. Participação política - População. 3. Major Groups. 4. Stakeholders. I. Geledés Instituto da Mulher Negra. II. Título.

CDD 305.896

### Índices para catálogo sistemático:

1. Participação da sociedade civil: Processos intergovernamentais 305.896

Lucineia Pereira Ribeiro – Bibliotecária – CRB-8/10400

ISBN: 978-85-62750-38-0



realização







# SUMÁRIO

09 **INTRODUÇÃO**

11 **APRESENTAÇÃO**

19 **PARTICIPANTES DO EVENTO**

21 **ÍNTEGRA DAS FALAS**




# INTRODUÇÃO

A criação, em maio de 2025, do People of African Descent Stakeholder Group – Stakeholder Group de Afrodescendentes – instância de representação da população afrodescendente no âmbito das Nações Unidas constitui uma conquista histórica e irreversível da luta antirracista global. Seu reconhecimento formal pelo Major Groups and Other Stakeholders Coordination Mechanism (MGOS CM) simboliza o rompimento de uma longa tradição de silenciamento institucional e inaugura uma nova etapa na afirmação política, epistêmica e estratégica da população afrodescendente nos espaços multilaterais. Que este grupo agora exista é, em si, um gesto de reparação e uma abertura à construção de um futuro comum fundado na justiça.

Este documento integra a série iniciada por *Brasil e Durban – 20 anos depois* e chega ao seu nono volume como parte do esforço sistemático do Geledés – Instituto da Mulher Negra para registrar e politizar momentos decisivos da participação negra na arena internacional. A publicação dá continuidade a esse percurso com o mesmo compromisso de memória, análise e transformação, reafirmando o lugar das vozes afrodescendentes na formulação de agendas de desenvolvimento e direitos humanos.

O evento aqui documentado, realizado em julho de 2024 durante o High-level Political Forum on Sustainable Development – Fórum de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, foi concebido como parte ativa do processo que culminaria na criação do stakeholder group dos afrodescendentes. Mesmo sem o reconhecimento formal à época, a mesa organizada por Geledés já operava como espaço legítimo de articulação e protagonismo. Reunindo lideranças de diferentes continentes e experiências, o encontro lançou as bases de uma demanda coletiva que encontrou eco e legitimidade nos meses que se seguiram.

As reflexões apresentadas nesse evento expõem com clareza as múltiplas formas de exclusão enfrentadas por afrodescendentes nos mecanismos da ONU, mas também revelam a potência de uma solidariedade multidimensional em construção. Falas como as de Rashima Kwatra, Carole Osero-Ageng'o, Paul Divakar, Oli Henman e Barbara Reynolds não apenas defenderam a criação do novo stakeholder group – elas o anteciparam, ao enunciar suas razões éticas, políticas e históricas com contundência.



Ao valorizar a diversidade de trajetórias e identidades dentro da própria população afrodescendente, o debate ali travado rechaça qualquer forma de uniformização e reafirma que a justiça global só será alcançada quando todos os grupos historicamente marginalizados tiverem presença e voz nos processos decisórios. O novo stakeholder group nasce, portanto, não como concessão, mas como conquista — resultado direto da articulação política de Geledés junto a outras organizações negras e antirracistas ao redor do mundo.

Este volume registra essa virada. É testemunho e instrumento. Recupera um momento anterior à vitória, mas já impregnado da esperança combativa que a tornou possível. E oferece às gerações presentes e futuras um exemplo concreto de que, no enfrentamento ao racismo sistêmico, a presença negra nos espaços de poder global é mais do que necessária: é inadiável.

**Sueli Carneiro**

Coordenadora Executiva

Centro de Documentação e Memória Institucional

**Geledés – Instituto da Mulher Negra**

# APRESENTAÇÃO

**E**m paralelo ao High-level Political Forum on Sustainable Development (HLPF) – Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, da ONU, o Geledés – Instituto da Mulher Negra realizou no dia 17 de julho de 2024 um evento híbrido na sede da Bahá'í International Community, em Nova York. O encontro, com participação presencial e remota, reuniu vozes globais para debater o papel dos Major Groups e de outros Stakeholders na abordagem de questões relacionadas ao racismo e na promoção da igualdade e inclusão para pessoas afrodescendentes em todo o mundo.

Os Major Groups and Other Stakeholders (MGOS) são mecanismos institucionais de participação da sociedade civil nos processos intergovernamentais da ONU, especialmente no âmbito do desenvolvimento sustentável. Criados a partir da Agenda 21 da Conferência Rio-92, os Major Groups representavam nove setores sociais vistos como prioritários à época:

1. Women's Major Group (Major Group das Mulheres)
2. Children and Youth Major Group (Major Group de Crianças e Jovens)
3. Indigenous Peoples' Major Group (Major Group dos Povos Indígenas)
4. NGO Major Group (Major Group de ONGs)
5. Local Authorities' Major Group (Major Group de Autoridades Locais)
6. Workers & Trade Union Major Group (Major Group de Trabalhadores e Sindicatos)
7. Business & Industry Major Group (Major Group de Negócios e Indústria)
8. Scientific and Technological Community Major Group (Major Group da Comunidade Científica e Tecnológica)
9. Farmers' Major Group (Major Group de Agricultores)

A eles se somaram, ao longo do tempo, outros atores relevantes (Other Stakeholders), totalizando outros 12 grupos reconhecidos. Esses Other Stakeholders incluem:

10. Africa Regional Mechanism (Mecanismo Regional da África)
11. Asia Pacific Regional CSO Engagement Mechanism (Mecanismo Regional de Engajamento de OSCs da Ásia-Pacífico)
12. Civil Society Financing for Development Group (Grupo da Sociedade Civil sobre Financiamento para o Desenvolvimento)
13. ECE Regional Civil Society Engagement Mechanism (Mecanismo Regional de Engajamento da Sociedade Civil da CEE)
14. Education & Academia Stakeholder Group (Stakeholder Group de Educação e Academia)
15. LGBTI Stakeholder Group (Stakeholder Group LGBTI)
16. Persons with Disabilities Stakeholder Group (Stakeholder Group de Pessoas com Deficiência)
17. Sendai Engagement Mechanism (Mecanismo de Engajamento de Sendai)
18. Stakeholder Group for Communities Discriminated on Work and Descent (Stakeholder Group para Comunidades Discriminadas por Trabalho e Ascendência)
19. Stakeholder Group on Ageing (Stakeholder Group sobre Envelhecimento)
20. Together 2030 (Together 2030)
21. Volunteers Stakeholder Group (Stakeholder Group de Voluntários)

A mesa foi composta por lideranças de diferentes continentes e setores, como a guianense Barbara Reynolds, presidenta do Grupo de Trabalho de Especialistas da ONU sobre Afrodescendentes; o indiano Paul Divakar, líder do Major Group das Comunidades Discriminadas por Trabalho e Ascendência; a paquistanesa Rashima Kwatra, coordenadora do Stakeholder Group LGBTI; a queniana Carole Osero-Ageng'o, do Stakeholder Group sobre Envelhecimento; o beninense David Kpondhou, presidente da Rede da Diáspora Africana no Japão (ADNJ); o inglês Oli Henman, representante do Major Group de ONGs e a brasileira Elcimar Pereira, assessora internacional do Geledés. A mediação foi conduzida pelo consultor internacional de Geledés, Iradj Eghrari.

O que Geledés pleiteava publicamente na ONU desde setembro de 2023 é que houvesse um Stakeholder Group de Afrodescendentes. Isso finalmente aconteceu em 16 de maio de 2025, quando o Major Groups and Other Stakeholders Coordination Mechanism (MGOS CM) – Mecanismo de Coordenação de Major Groups e outros Stakeholder – comunicou ao Geledés, que vinha liderando a articulação com outras 24 organizações negras e antirracistas da sociedade civil, este pleito, que o People of African Descent Stakeholder Group estava aprovado e poderia iniciar suas atividades de imediato. Ainda que o grupo já estivesse funcionando, ter o registro histórico deste evento, que foi um marco neste processo de aprovação, torna-se importante.

Nesse sentido, o encontro promovido por Geledés trouxe um debate significativo sobre os diferentes aspectos de lideranças que já participam de diversos Major Groups e outros Stakeholders, e as percepções dessas lideranças quanto à criação de um novo stakeholder group que represente a população afrodescendente.

Rashima Kwatra abriu sua fala destacando a relevância de se discutir a interseccionalidade entre raça, identidade de gênero, sexualidade e imigração forçada, sublinhando como as pessoas LGBTQI – especialmente as afrodescendentes – enfrentam as múltiplas formas de exclusão.

“Sou uma mulher lésbica, imigrante e resultado de uma imigração forçada”, afirmou, relatando que seus avós foram obrigados a deixar suas casas em razão das divisões criadas pelo Partido do Paquistão da Índia. “Carrego essa história com identidades múltiplas e cruzadas, o que considero essencial quando mantemos diálogos como este.”

Rashima pontuou os estigmas inter-relacionando os diferentes Major Groups e Stakeholder Groups formados por pessoas que sofrem vários tipos de discriminações, como pessoas LGBTI negras, muçulmanas e com deficiência. “As opressões históricas e estruturais nos impactam de diversas maneiras. Quando alguém é negro e queer, ou queer e muçulmano, sofre discriminações que se entrelaçam.”

Em tom crítico e referenciado às próprias comunidades da sociedade civil, Rashima alertou para os preconceitos que acontecem até internamente nos próprios movimentos sociais ao redor do mundo. “Sabemos que há pessoas queer que são racistas, que se beneficiam de sistemas que mantêm a supremacia branca. E sabemos que há pessoas negras que são homofóbicas ou transfóbicas. É hora de olhar para dentro das nossas comunidades enquanto trabalhamos pela libertação.”

A coordenadora do Stakeholder Group LGBTQI também questionou a dependência de países do Norte global do financiamento de pautas de direitos humanos. “Dependemos muito da Suécia no espaço da ONU em relação aos direitos humanos, para protagonizarmos as questões LGBTQI, as questões de igualdade de gênero, mas raramente mencionamos a história da Suécia que realizou o comércio transatlântico de escravizados”, disse ela. “O racismo estrutural na Suécia também é extremamente prevalente, e a Suécia é um lugar extremamente segregado”, completou.

Já Carole Osero-Ageng’o abordou as consequências do racismo estrutural e do tokenismo nos espaços multilaterais. Ela destacou sua experiência na Conferência da Sociedade Civil da ONU, realizada em maio de 2024, em Nairóbi. “Foi a primeira vez que o evento aconteceu no Sul Global em 68 anos. Os africanos celebraram que a conferência se realizava em sua terra, mas dentro das salas de reunião, eram tratados como serviçais — e não como participantes com contribuições relevantes”, lamentou. Carole criticou o uso simbólico da presença africana. “A forma como aprendemos nesses espaços precisa ir além do tokenismo. É básico que os comitês locais tenham voz real. A percepção de que os africanos são apenas prestadores de serviço está na raiz do racismo.”

Ao tratar do envelhecimento, tema central de sua atuação, ela alertou: “Estamos empurrando os idosos para as periferias”. E refletiu: “os jovens que se tornarão idosos adentram um espaço em que a discriminação e o envelhecimento estão se enraizando e se tornarão questões difíceis de serem endereçadas”.

Carole defendeu um retorno às bases dos direitos humanos. “Devemos retornar ao lugar da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde esses direitos são inalienáveis, indivisíveis, interconectados, para que meus direitos como uma mulher idosa afrodescendente, como uma mulher que mora no Norte global, com direitos como uma mulher que mora na Austrália, na América Latina ou na África, sejam os mesmos, respectivamente aos da minha cor.”

Barbara Reynolds elaborou uma narrativa costurada pelas falas dos painelistas anteriores. “Os dois palestrantes anteriores se tornaram imediatamente os meus dois favoritos, amigos viajantes, e quero relacionar tudo o que já disseram e tentar construir algo sobre isso”, iniciou. “Esse trabalho em que estamos engajados — o projeto dos direitos humanos — não pode ser feito por uma só pessoa.

Para Barbara, reconhecer a diversidade interna entre os afrodescendentes é um ponto de partida crucial. “Os afrodescendentes não são monocromáticos ou monolíticos. Somos diferentes. Estamos em diferentes trajetórias, e as escolhas que fazemos — nossos direitos humanos fundamentais — vão variar politicamente, economicamente.” Mas alertou para o fato de que essa rica diversidade é, por muitas vezes, manipulada por estruturas de poder. “Aqueles que estão contra nós gostam de nos dividir e nos conquistar. Quando nossa diversidade é natural, precisamos encontrar um campo comum para resistir àqueles que usam isso como ferramenta de separação.”

A noção dominante de desenvolvimento também esteve no centro de sua fala. “O desenvolvimento sustentável pressupõe algum tipo de desenvolvimento. Mas os documentos que emanam das salas de decisão de alto nível não refletem os pontos de partida dos países ou dos grupos onde os africanos e os afrodescendentes se concentram.” Nesse sentido, Barbara ressaltou a importância de se ampliar o escopo das discussões. “Precisamos falar sobre africanos e afrodescendentes, não apenas sobre os afrodescendentes. E o desenvolvimento sustentável deve incluir não só o econômico, mas também o social, político e cultural.”

A ausência de determinados grupos nos espaços globais de decisão foi outro ponto de sua crítica. “Estou feliz que os dois palestrantes anteriores falaram eloquentemente sobre grupos que estão faltando. Deixem-me adicionar outros dois: homens e garotos, e pessoas religiosas.” Nesse contexto, ela alertou para a situação enfrentada por homens negros ao redor do mundo. “Se ainda não estão na lista de espécies em extinção, estão muito próximos. Vão menos à escola, estão em maior número nas prisões, em gangues, expostos a substâncias perigosas.” E como mulher, mãe, avó e irmã, fez um apelo: “Precisamos prestar mais atenção a eles. A destruição da família negra, promovida por séculos de escravização, nos trouxe até aqui.”

Barbara também endereçou a tensão interna presente nas comunidades negras. “A competição entre nós é contraproducente. E o racismo não pode mais ser encarado apenas como uma questão entre negros e brancos. Existe um movimento de recolonização dos afrodescendentes — e nem sempre vem de pessoas brancas. Pode vir disfarçado de empoderamento econômico ou de investimentos falsos.”

Paul Divakar abriu seu pronunciamento fazendo um resgate histórico de sua participação na Conferência Mundial contra o Racismo em 2001, quando o tema dos dalits — os “intocáveis” do sistema de castas — foi deliberadamente ignorado pelos Estados membros da ONU. “Éramos três palestrantes: um afrodescendente, um palestino e um dalit. O tema da casta foi jogado para cima da mesa, para baixo da mesa, para o mar. Os Estados disseram claramente que não queriam ouvir”, denunciou.

Segundo Divakar, há mais de 270 milhões de pessoas no mundo afetadas por discriminações baseadas em origem e trabalho. “Somos alienígenas em nossa própria terra. E resgatou a citação de Carole: “precisamos sair do menu e passar a construir as políticas.”

Um importante ponto levantado por ele foi a criação de um Stakeholder Group para os Afrodescendentes, como anseia Geledés. “Gostaria de colocar na mesa que sinto que os afrodescendentes devem ser incluídos como parte do mecanismo de coordenação dos Major Groups e Stakeholder Groups e tenho certeza que os coordenadores estão aqui para apoiá-los, e como um Stakeholder Group de Comunidades Discriminadas por Trabalho e Descendência, gostaria de realmente garantir que vocês não apenas tenham um lugar à mesa, como desejo também que trabalhem juntos como uma grande comunidade, como vocês mesmo disseram sobre esses mais de 200 milhões de pessoas ao redor do mundo chamados de afrodescendentes”, argumentou ele.

Assim como Barbara, o líder dalit também criticou o que chamou de “competição entre os oprimidos”: “Disputamos tempo, espaço, representação. Isso nos enfraquece. Aqueles que estão no poder preferem que vejamos os LGBTQIA+s como rivais, que tenhamos perder espaço para os afrodescendentes. Isso precisa acabar”, disse ele. E concluiu com um apelo “Se um de nós é deixado de fora, todos perdemos. Isso não é sobre vingança — é sobre justiça.”

Nesse panorama, o mediador Iradj Eghari fez uma importante intervenção. “Todos nós que somos discriminados, que somos alienígenas em nossa própria terra, somos todos dalits, afrodescendentes, pessoas LGBTI, mulheres. E isso é o que realmente estamos lutando contra. Portanto, você, Paul, nos convida a ampliar nossa capacidade de exercer a solidariedade, e para que ela seja ampliada, para que tenhamos uma melhor compreensão de onde está a dor em cada uma dessas pessoas que se sente como alienígena em sua própria terra. Se não entendermos onde está essa dor, não iremos fazer nada”, concluiu ele.

Com muita propriedade, Oli Henman retomou o processo de criação dos Major Groups, iniciado na Conferência do Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992. E explicou como essa expansão de outros Major Groups e Stakeholder Groups se deu. “Durante as negociações da Agenda 2030, entre 2012 e 2015, reconheceu-se a necessidade de ir além dos nove grupos iniciais de 1992. Foi quando entraram na discussão outros segmentos, como LGBTQI, pessoas discriminadas, idosos e agrupamentos regionais da sociedade civil.”


Para Henman, existem objetivos dentro da ONU que garantem a inclusão de novos públicos. “Preciso dizer que essa seleção não é feita por mim nem pela Rashima. Temos um grupo-tarefa responsável por verificar o reconhecimento desses grupos adicionais. Pessoalmente, sou muito favorável à entrada de novas vozes.”

Henman enfatizou que o processo de participação vai além dos eventos presenciais. “Este é um processo anual que começa em novembro e vai até julho, com muitos diálogos sobre como preparar os argumentos para os Relatórios Nacionais Voluntários (VNRs), para os temas específicos de revisão, e os diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ter mais diversidade nesse processo seria extremamente bem-vindo.”

E concluiu com otimismo: “Os próximos cinco anos serão decisivos. Vamos manter esse espaço aberto e seguir juntos.”

Enfatizando os propósitos de Geledés, Elcimar Pereira reforçou a ausência de afrodescendentes nos documentos e diretrizes que moldam as políticas da ONU. “Não estamos nos Objetivos do Milênio, nem nos ODS. Precisamos ser reconhecidos como um mecanismo legítimo de participação, para que não sejamos deixados de fora do futuro.”

A representante da organização liderada por mulheres negras sublinhou a falta de compromisso das Nações Unidas com os direitos dos afrodescendentes e suas representatividades nos fóruns internacionais. “Nós, afrodescendentes, não estamos representados em espaços de decisão, nos documentos e nas declarações que guiam as políticas, as narrativas e o idioma oficial da ONU. Não estivemos representados implicitamente como um grupo nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio,



nem nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nem na Agenda 2030. Portanto, precisamos nos estabelecer como um mecanismo de participação, para que não sejamos deixados de fora do processo de desenvolvimento do futuro, que começa agora”, disse ela.

Elcimar ressaltou o discurso de Geledés nos diversos fóruns da ONU ao dizer que “não há desenvolvimento sustentável sem o enfrentamento ao racismo”. Mais que uma denúncia anunciada, ela fez um chamado às lideranças dos Major Groups e outros Stakeholders para apoiarem os afrodescendentes na perspectiva da formação de um novo grupo. “Precisamos garantir um espaço representativo e interseccional para enfrentar os desafios globais. Afinal, não há justiça climática, não há equidade de gênero, não há progresso real sem combater o racismo”, disse.

David Kpondhou, que vive no Japão há mais de sete anos, trouxe à mesa uma realidade que geralmente não é discutida na ONU: a diáspora africana na Ásia. “Sou originalmente do Benin e vivo no Japão, onde fundei a Rede da Diáspora Africana do Japão (ADNJ), da qual participam afrodescendentes de várias origens, inclusive da África Central”, explicou.

Para ele, a fragmentação das diásporas afrodescendentes enfraquece a luta por justiça e equidade “Se não atuarmos juntos, nos tornamos fracos.” E completou: “Quando se pensa que há diversas diásporas, como iremos vencer essa batalha? Precisamos caminhar juntos para avançar nessa questão.”

A vivência no Japão o fez observar as nuances do que chama de “discriminação silenciosa”, em especial ao que se diz sobre o acesso à empregabilidade. “Trabalhamos muito duro com os jovens nesse aspecto. A discriminação silenciosa é difícil porque você não a ouve. Ela simplesmente acontece. Por isso, precisamos apoiar uns aos outros nesse processo de superação.”

Kpondhou entende que novas formas de exclusão tecnológica se tornaram evidentes durante a pandemia. “Houve situações que muitos não enxergaram com clareza, como o uso da tecnologia de escaneamento. Quando você passa por uma câmera, sua temperatura é checada, mas se você tem pele negra, e move a cabeça, às vezes o sistema não reage. Essas tecnologias não foram pensadas para todos.”

Apesar das dificuldades colocadas, o beninense encerrou seu discurso em um tom esperançoso. “Como Martin Luther King, eu também tenho um sonho”, disse.



## **PARTICIPANTES DO EVENTO “FORTALECENDO O PAPEL DOS MAJOR GROUPS E OUTROS STAKEHOLDERS NO COMBATE AO RACISMO GLOBAL”:**

---

### **Carole Osero-Ageng’o**

*É líder de iniciativas globais e representante regional da África da HelpAge International, foi anunciada como copresidente da Conferência da Sociedade Civil das Nações Unidas de 2024 em Nairóbi, em apoio à Cúpula do Futuro.*

### **Rashima Kwatra**

*É coordenadora do Major Group LGBTQI na ONU. Ela é consultora de advocacy internacional na Federação Sueca para os Direitos LGBTQI.*

### **Barbara G. Reynolds**

*É presidenta do Grupo de Trabalho de Especialistas em Afrodescendentes da ONU. Ela atuou como vice-reitora adjunta na Universidade da Guiana de agosto de 2014 a setembro de 2019. Antes disso, Reynolds foi Chefe de Educação da ONG Save the Children, no Reino Unido.*

### **Oli Henman**

*É o coordenador global da Ação para o Desenvolvimento Sustentável e também atua como representante do Major Group de ONGs vinculado ao High-level Political Forum on Sustainable Development (HLPF) da ONU.*

### **Paul Divakar**

*É líder do Stakeholder Group das Comunidades Discriminadas por Trabalho e Ascendência. Foi secretário-geral da Campanha Nacional sobre Direitos Humanos Dalit, com sede em Nova Delhi e secretário-geral da Dalit Bahujan Shramik Union, uma organização de direitos Dalit - Bahujan.*

*Todos os cargos acima correspondem à época do evento*

### **David Kpondehou**

*É presidente da Rede da Diáspora Africana no Japão (ADNJ). David está atualmente no Japão, trabalhando com o grupo PASONA Inc. na área de Empreendedorismo Social e Desenvolvimento de Novos Negócios.*

### **Elcimar Pereira**

*É assessora internacional de Geledés.*

### **Iradj Eghrari**

*Consultor internacional de Geledés e mediador deste evento.*

*Todos os cargos acima correspondem à época do evento*

## SEGUIE ABAIXO A ÍNTEGRA DAS FALAS DAS PAINELISTAS DO ENCONTRO

### RASHIMA KWATRA

A graphic of a blue speech bubble containing a white double quote symbol. A vertical blue line extends upwards from the top of the bubble.

Sou uma das duas codiretoras do Stakeholder Group LGBTQI e estou aqui para falar menos sobre o mecanismo de coordenação dos participantes, o que deixarei o Oli para fazer, e tenho certeza de que ele irá fazê-lo, para que eu possa focar um pouco mais na identidade de gênero e nas características sexuais das populações LGBTQI. Sou também uma parceira organizadora, uma mulher lésbica, imigrante e resultado de uma imigração forçada. Meus avós foram forçados a deixar suas casas por conta do Partido do Paquistão da Índia e somos refugiados. Tenho essa história também, com identidades intersectadas, o que considero ser importante quando estabelecemos esses diálogos.

Gostaria de destacar em relação às pessoas LGBTQI e às intersecções com os afrodescendentes é que as opressões históricas e estruturais nos impactam de diversas maneiras. Pessoas que são LGBTQI enfrentam discriminação estrutural, assim como os afrodescendentes.

Portanto, precisamos olhar quais são os estereótipos e estigmas que continuam a ser perpetuados em nossa sociedade, seguidos por estruturas de opressão, que nos levam ainda mais longe. Quando alguém tem múltiplas identidades discriminadas, como, por exemplo, são negros e queers, ou queers e muçulmanos, ou negros e pessoas com deficiência, enfrentam diferentes formas de discriminação que se entrelaçam. O que pode nos unir como comunidades, porque muitas vezes trabalhamos em silêncio com nossos problemas específicos de identidade, e nem sempre serve a todos que pertencem às comunidades sobre as quais falamos.

É hora, e tenho certeza que muitos de nós fazem isso e muitos de nós não o fazem, de observar como perpetuamos algumas dessas mesmas barreiras estruturais ou discriminatórias em nossas comunidades. Sabemos que há pessoas que são queers e que também são racistas, certo? Sabemos que há pessoas que são queers e que definitivamente se beneficiam dos sistemas que protegem e mantêm a supremacia branca. E sabemos que há pessoas nas comunidades negras que são homofóbicas ou transfóbicas e que perpetuam esses mesmos tipos de discriminação.

Portanto, como estamos olhando em direção às nossas comunidades enquanto trabalhamos para a liberação e para o desmantelamento dessas estruturas internas e também para encontrar um casamento para pessoas que enfrentam problemas de identidade múltipla? Como estamos levando isso adiante? Porque ontem, um grupo de participantes LGBTQ também participou de um evento histórico com as

comunidades discriminadas por trabalho e ascendência, e foi a primeira vez que trouxemos nossas comunidades para falarmos sobre como enfrentarmos esses mesmos tipos de barreiras sociais.

Descobrimos que foi, estranho, o fato de pela primeira vez, como grupos de participantes, estarmos tendo essa conversa. Mas isso também significou que podemos juntar nossos grupos de participantes diversos para falar sobre isso, e agora estamos iniciando um diálogo mais abrangente. Nos deparamos nas salas de reuniões com pessoas que se declaram felizes por estarmos enfrentando o mesmo problema.

Outro ponto que eu gostaria de comentar é sobre esse espaço da ONU. Claro que muitos de nós nos beneficiamos da ajuda desenvolvimentista dos países do Norte global. E há muitos países do Norte global que estão protagonizando as questões de direitos humanos, ou questões específicas em que são protagonistas em nossas comunidades. Vou tomar como exemplo a Suécia, que conheço bem, certo? Dependemos muito da Suécia no espaço da ONU e em relação aos direitos humanos, para protagonizarmos as questões LGBTQI, as questões de igualdade de gênero, mas raramente mencionamos a história da Suécia que realizou o comércio transatlântico de escravizados e eles realmente lucraram ao venderem ferro para a fabricação das linhas férreas que mais tarde perpetuaram o comércio de escravizados e mantiveram as pessoas na escravização.

Portanto, o racismo estrutural na Suécia também é extremamente prevalente, e a Suécia é um lugar extremamente segregado. Mas nós nunca realmente levamos a Suécia em conta nessas questões históricas, e realmente dependemos da Suécia para construir uma narrativa baseada nos direitos humanos e no protagonismo das questões LGBTQI. Sendo assim, como trabalhamos no contexto de países que consideramos como protagonistas nos direitos humanos, mas ao mesmo tempo não assumem suas responsabilidades históricas? Como levamos essas questões intrigantes a esses governos dos quais somos dependentes? Por outro lado, estamos cientes que há muitos países que não estão dispostos a trabalhar com as questões LGBTQI, porque para eles essas questões não existem.

Outras comunidades poderiam levar adiante esses diálogos sobre direitos humanos e barreiras estruturais. Como, então, vamos levar adiante essas mensagens sobre essas situações? Gostaria de concluir dizendo que é aqui onde reside a força dos Major Groups e Outros Stakeholders e seus mecanismos de coordenação, o que é realmente relevante.

Esse é o grupo mais diversificado em que já trabalhei. Não viemos do mesmo background, não sempre mantemos as mesmas identidades, mas temos uma plataforma na qual podemos dialogar e conhecer as prioridades de cada um. Acredito que através desse mecanismo de coordenação, temos conseguido encontrar caminhos para levar adiante mensagens básicas e coletivas sobre direitos humanos, sobre dignidade, sobre a universidade da liberdade, e realmente sobre como podemos avançar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de uma forma mais inclusiva para todos.

A graphic element consisting of a blue speech bubble containing a white double quote symbol. A vertical blue line extends upwards from the top of the bubble.

## CAROLE OSERO - AGENG'O

O racismo tem trazido à luz muitos dos assuntos que se interpõem nas temáticas que vou abordar, sendo uma delas a intersecção de identidades e o desempenho, em especial, para as mulheres afrodescendentes. Vou iniciar pela Conferência da Sociedade Civil da ONU, que foi realizada em Nairobi, no Quênia, sendo que foi a primeira vez que essa conferência aconteceu no Sul global, em seus 68 anos de existência.

Só esse fato já deveria ter levado a cabeça ao chão, incluindo a minha. Mas esse não foi o caso. Os africanos, porque a conferência se deu na África, celebraram o fato de que ela estava acontecendo no Sul global. Vou tocar em um assunto importante. Os africanos nas salas de reuniões eram vistos como serviçais e não como pessoas capazes de trazer assuntos de conteúdo relevante para as mesas. Isso foi algo profundamente vivenciado por muitas pessoas do Sul global, principalmente da África.

Portanto, a questão como aprendemos nesse espaço global precisa ser vista para além do tokenismo. Não é possível que seja promovida uma conferência dessa natureza e não seja fornecido um lugar aos comitês hospedeiros da conferência. É tão básico isso. O que quero trazer à tona é a temática do tokenismo e o fato de os africanos serem vistos como serviçais. Isso se baseia muito na raiz do racismo, porque há algo para além do que a Rashima disse. É sobre a união dos africanos quando atravessaram o oceano, como acreditam que ela aconteceu? Ela foi feita pelos africanos, em dimensões que os uniram. É sobre os recursos que foram tirados do continente africano.

E então a capacidade de ação, que é o meu próximo ponto, dos africanos, foi completamente desmantelada. O que aconteceu foi o total desmantelamento das comunidades africanas. O colonialismo aconteceu em um tempo em que nós não podemos imaginar, isso foi há 200, 300 anos. Mas agora nós temos diálogos em torno da colonização da ajuda. Onde a descolonização aconteceu? No Norte global. Onde essa descolonização está acontecendo? No Sul global. Quem se senta à mesa onde as conversas de descolonização acontecem? Não são pessoas do Sul global.

Dentro dessa premissa, eu lhes pergunto: o que é o racismo global? Temos o racismo onde a discriminação se encontra, tendo como base a cor e a raça. Isso acontece de formas bastante abertas e sutis. O fato de acontecer de forma aberta é muito bom, porque é possível saber a razão de você estar lutando.

O protagonismo pelo qual trabalho aborda a questão do envelhecimento, que é uma área em que atuo e na qual represento um Stakeholder Group. Falamos sobre as identidades interseccionais. Mas agora deixe-me tratar sobre gênero, envelhecimento, sobre discriminação, sendo que se colocarmos o racismo acima de tudo, a situação se torna ainda mais sensível se você é um idoso afrodescendente.

Então, o envelhecimento é um fenômeno único, e que deveria ser bastante comum, porque todo mundo está envelhecendo, mas estamos cegos em relação ao envelhecimento. Estamos cientes sobre as estatísticas que nos informam que em 2050, uma em cada seis pessoas será idosa, porém, seguimos falando sobre envelhecimento como se ele já não estivesse acontecendo.

Estamos empurrando os idosos para as periferias, mas não apenas as pessoas mais velhas, porque estamos discriminando as pessoas para um futuro próximo. Ou seja, os jovens que se tornarão idosos adentram um espaço em que a discriminação e o envelhecimento estão se enraizando e se tornando questões difíceis de serem endereçadas.

E como abordamos isso em nosso protagonismo, porque essas pessoas são levadas para a periferia, e elas não têm nada a oferecer, e são colocadas em espaços como pessoas vulneráveis. A vulnerabilidade em si não é ruim, mas o envelhecimento, por vezes, é entendido como algo negativo. Então, como tratarmos desses assuntos? Como fazemos para que a participação de afrodescendentes idosos seja significativa? Como fazemos para que a participação deles seja para além da cor da pele? Para que não se trate de um ser naquele espaço e sim de um ser que possa contribuir para um protagonismo que está sendo discutido? Alguém disse que se você não está na mesa, está no cardápio. Como nos movimentamos para não constar no menu ou para que estejamos no menu que está sendo debatido? Como também endereçamos a outra dinâmica redefinida pela capacidade de ação? Porque, quando o colonialismo aconteceu, chegou e encontrou o protagonismo em um certo lugar.

As pessoas nas salas de reunião, naquela época, tiveram que se reorganizar e redefinir seu protagonismo. Como lidamos com isso? Porque não é como se a África estivesse em silêncio enquanto o colonialismo estivesse acontecendo e agora estamos prontos para ser descolonizados. Quero sugerir vigorosamente, e concordo aqui com o Rashima, que devemos retornar ao nosso lugar de direitos.

Estamos na ONU, fundada com base em atrocidades, e esses direitos foram colocados na legislação. Portanto, devemos retornar ao lugar da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde esses direitos são inalienáveis, indivisíveis, interconectados, para que meus direitos como uma mulher idosa afrodescendente, como uma mulher que mora no Norte global, com direitos como uma mulher que mora na Austrália, na América Latina ou na África, sejam os mesmos, respectivamente, incluindo os que tratam da minha cor. Como podemos deixar de lado nossos preconceitos de forma consciente e nos engajar nesse lugar de direitos?

Como podemos trazer o envelhecimento para uma discussão no fórum político de alto nível? Como podemos falar sobre desenvolvimento e como isso nos blinda de um fenômeno tão disruptivo como o envelhecimento? Então, como podemos trazer o envelhecimento para o protagonismo de nossas ações para que abordemos todos esses outros aspectos que se intercambiam? Espero que tenha provocado algumas reflexões, porque não trouxe respostas, mas muitas perguntas.

A blue speech bubble icon containing a large blue quotation mark. A vertical blue line extends upwards from the top of the bubble.

## BARBARA REYNOLDS

Os dois palestrantes anteriores se tornaram imediatamente os meus dois favoritos, e quero relacionar tudo o que já disseram e tentar construir algo sobre isso. Há um princípio importante nisso que é este trabalho, este projeto de direitos humanos, em que estamos todos engajados, que não pode ser feito por uma pessoa, e, portanto, respeito suas visões, seu advocacy e seu ativismo, e desejo solidariedade. Essa é uma recomendação implícita, um passo implícito que devemos fazer.

Deixe-me começar colocando duas advertências na mesa. Os afrodescendentes não são monocromáticos ou monolíticos, somos diferentes. Há muita diversidade entre nós, e, portanto, estamos em diferentes trajetórias, e, portanto, as escolhas que fazemos, que são nossos direitos humanos fundamentais, vão variar, seja política ou economicamente.

A razão pela qual estou colocando essa questão é porque aqueles que estão contra nós gostam de nos dividir e nos conquistar, e então, quando a nossa diversidade é natural, temos de encontrar um campo em comum, para que estejamos contra aqueles que vão apenas tentar nos separar em razão de algo natural.

Dois problemas. Primeiro, o desenvolvimento sustentável pressupõe desenvolvimento de algum tipo. Bem, quando analiso todos os documentos sobre desenvolvimento, percebo que muito da atual literatura que emana de salas de decisão e de alto nível realmente não refletem pontos de partida de países ou grupos em que africanos e afrodescendentes se encontram em grandes concentrações.

Sendo assim, sim, precisamos falar sobre os africanos e os afrodescendentes, e não apenas sobre os afrodescendentes. Então, essa é a primeira questão. O segundo problema é que, se quisermos realmente falar sobre desenvolvimento sustentável, temos de chegar a um lugar em que não estamos apenas discutindo sobre desenvolvimento econômico, mas também sobre desenvolvimento social, político e cultural.

A declaração da ONU em 1986 sobre o direito ao desenvolvimento fala sobre esses problemas. Então, vou para o que está faltando nesses Major Groups e outros Stakeholders, ou quem está faltando nesses grupos. Bem, estou feliz que os dois palestrantes anteriores falaram eloquentemente sobre dois grupos que estão faltando. Deixem-me adicionar dois outros. Um deles se refere aos homens e garotos e o outro

grupo é de religiosos.

Para um afrodescendente é sabido que que nossos homens e garotos estão em perigo. E se eles ainda não estão na lista de perigos, estão muito próximos a serem colocados na lista de espécies em extinção. Porque eles estão indo à escola em menores números, estão desproporcionalmente representados nas prisões, estão em gangues, estão envolvidos em todos os tipos de drogas terríveis. E parte da resposta a isso é que isso se espalha como desafios dentro das comunidades.

Portanto, gostaria de desafiá-los como mulher, como mãe, avó, colega, como o que queiram me chamar, irmã, para que comecemos a prestar mais atenção aos homens e aos garotos. Não é desconhecido que parte da estratégia de todos aqueles que nos escravizaram foi para desconstruir a família negra e separar os homens das mulheres. E isso se deu durante séculos e vemos onde nos encontramos hoje. Quero colocar isso na mesa e dizer que isso é algo que precisa ser abordado. Deixe-me chegar ao cerne da questão: a narrativas estão erradas, elas não são as nossas narrativas.


Deixe-me apontar algumas delas. São esses países, essas nações, Estados e pessoas que falam sobre uma sociedade pós-racial. Bem, a raça é o fator que mais divide o mundo em que vivemos, e então, quando as pessoas nos dizem que não querem coletar dados sobre raça porque não acreditam em raça, elas estão sendo racistas. Precisamos abordar isso.

A segunda coisa que precisamos abordar é a tensão e a competição dentro da comunidade negra, dentro da comunidade de afrodescendentes e como isso é contraproducente.

A terceira coisa que quero dizer sobre a narrativa é que precisamos entender que o racismo passou por muito tempo como uma questão negra e branca. Uso isso tanto metaforicamente quanto literalmente. Houve um tempo em que nossa agenda comum era como lidar com as pessoas brancas que ensinaram os nossos pais.

A palestrante anterior falou sobre a descolonização de espaços, lugares e pessoas e processos. Pois bem, há um movimento para recolonizar e, possivelmente, para recolonizar os afrodescendentes. E isso não vem necessariamente de pessoas que são brancas. Existem todos os tipos de raças que fariam isso e o fariam com prazer. E estão fazendo isso de forma escondida através de um falso empoderamento econômico, através de investimentos de falsos recursos, através de falsa extração de qualquer coisa que nossos países estejam financiando.

O último ponto sobre a narrativa é que ela está escondida ao ser direcionada a poucas pessoas, mas há afrodescendentes que estão na Ásia, na América Latina, na Europa, e seus desafios não estão sendo notados. Portanto, precisamos nos reunir em torno de afrodescendentes e africanos, seja onde estiverem, para aumentar essa visibilidade. E reativar ou ativar essas vozes. Empoderar a capacidade de ação de todas essas pessoas para que cheguem à mesa.



Vou encerrar com alguns problemas sobre o empoderamento econômico. Estava observando alguns dados há dois dias; dados de patentes em tecnologia e comunicação digital de pessoas negras. São abismalmente baixos. Nos EUA, que é o melhor e o mais brilhante, fica em torno de 2,7% da população. Isso significa que temos que retomar as nossas posições em educação, emprego e empoderamento para transformar nossos espaços que impactam o desenvolvimento e o sustentável.

Precisamos entender isso em quatro aspectos de justiça. O primeiro é a justiça racial, o desafio incompleto. O segundo é a justiça reparatória, e isso é escrever erros históricos. Mas há dois outros. E esses dois outros são realmente para o agora e o futuro. São eles a justiça ambiental e a justiça digital.



”

## IRADJ

Todos nós que somos discriminados, que somos alienígenas em nossa própria terra, somos todos dalits, afrodescendentes, pessoas LGBTI, mulheres. E isso é muito, e é o que realmente estamos lutando contra. Portanto, você Paul, nos convida a ampliar nossa capacidade de exercer a solidariedade, e para que seja ampliada, para que tenhamos uma melhor compreensão de onde está a dor em cada uma dessas pessoas que se sentem como alienígenas em suas próprias terras. Se não entendermos onde está essa dor, não iremos fazer nada.



## OLI HENMAN

Quero mencionar o que está acontecendo no Reino Unido. Atualmente, tivemos uma eleição e com ela uma mudança, o que é ótima notícia depois de um governo muito nacionalista. Vocês podem ter notado que o novo secretário para o Exterior é um afro-caribenho, David Lammy, um deputado muito forte dentro do Partido Trabalhista. Acredito que ele será um excelente secretário e imagino que ele esteja aqui em setembro, então vocês poderão ter alguns novos aliados por parte do Reino Unido no futuro.

Obrigada à Carole pela conferência do sociedade civil, que você mencionou ter acontecido em Nairobi e o quão poderosa ela foi. Gostaria de fazer uma pequena observação sobre a minha própria experiência naquela conferência. A sessão que ajudei a organizar, que era sobre encontrar financiamento para a semana dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foi coordenada em parceria com um colega do Quênia, sendo que a maioria de nossos palestrantes também eram do continente africano. Muitos protagonistas de mudanças e não serviçais. Portanto, ao menos na sessão em que eu estive, havia um forte reconhecimento da liderança africana. E apreciamos isso.

Fui convidado a falar sobre o fundo do Major Groups e como, potencialmente, eles se integram a outros grupos de apoio. Vou retomar que isso começou no Brasil, na Conferência do Meio Ambiente, em 1992, no Rio de Janeiro.

E a ideia, já naquela época, era que a ONU começasse a pensar sobre como estruturar o engajamento da sociedade civil. Inicialmente, houve um forte apoio do governo brasileiro, sendo que havia nove Major Groups identificados. Eram eles grupos das mulheres, de jovens, dos povos indígenas, das ONGs, dos camponeses, sindicatos, ciência e tecnologia e autoridades locais.

Nossa compreensão sobre a diversidade e inclusão seguiu crescendo desde 1992. E, quando chegamos às negociações sobre a agenda 2030, entre 2012 e 2015, havia uma linguagem incluída nas resoluções da Assembleia Geral que estabeleceram o HLPF e a agenda 2030, reconhecendo-se a necessidade de expansão para além desses nove Major Groups. Foi quando a noção de outros grupos adicionais, como LGBTQI, pessoas discriminadas, idosos, e agrupamentos regionais da sociedade civil foram incluídos.

E há uma linguagem nessa resolução que permite a inclusão de outros stakeholders. Temos certos critérios que demonstram o quão amplo são os públicos-alvo. Isso claramente qualifica o público-alvo dos afrodescendentes. Preciso dizer que esta não é a minha escolha e nem a da Rashima. Temos um processo e entendemos que haverá uma seleção. Há um grupo tarefa que verifica essa admissão e o reconhecimento desses grupos adicionais.

Pessoalmente, sou bastante favorável a isso e acredito ser importante continuarmos trazendo diferentes vozes para esse mecanismo, porque, como viram nos últimos dias, o mecanismo nos dá a oportunidade de fazer relatos e elaborar documentos por escrito. Não é sobre essa semana ou as duas semanas que estamos aqui em Nova York, mas este é um processo anual que se inicia em novembro, dezembro, e vai sendo construído até julho, com uma grande variedade de diálogos sobre como vamos preparar os argumentos da Revisão Nacional Voluntária, como vamos preparar argumentos sobre temas específicos, sobre os diferentes objetivos para a revisão, e esse espaço de diversidade de experiências seria extremamente bem-vindo nesse processo.

Portanto, é importante destacar que dentro dos Major Groups e Outros Stakeholders, como o Paul e a Rashima já apontaram, estamos bastante comprometidos em relação a uma abordagem baseada em direitos. Este não é apenas um debate técnico, mas precisa ser um debate que realmente traga as experiências dos que já foram marginalizados historicamente, para que sigamos com o princípio de não deixar ninguém para trás.

Como notaram, há um diverso e amplo número de palestrantes que podem realmente trazer essas vozes. E onde for possível, procuraremos financiamento para poder trazer essas vozes das comunidades, que normalmente não teriam oportunidade de falar na ONU, e nesse sentido, isso é algo que estamos ansiosos por fazer com vocês.

Claro, tudo depende também dos Estados membros, e como vocês sabem, não está um ambiente fácil na ONU neste momento. Há, infelizmente, alguns Estados membros que estão tentando reduzir nosso espaço cada vez mais, e, portanto, é preciso ter fortes aliados, como vocês têm no governo brasileiro e em outros governos. Acredito que isso realmente faça uma grande diferença, e todos nós precisamos pensar estrategicamente sobre como mobilizarmos aliados nos Estados membros para manter esse espaço aberto, porque há sempre uma ameaça de que esse espaço possa ser diminuído.

Deixo uma mensagem de solidariedade, de trabalho em conjunto, o que realmente nos permitirá continuar avançando nessa agenda nos próximos anos. Os próximos cinco, seis anos serão bastante críticos, e, novamente, entendo que suas informações, seu entusiasmo e sua energia são extremamente bem-vindos, e espero que o governo brasileiro assuma um papel muito importante neste próximo ano em que acontecem no Brasil o G20 e a COP. Portanto, este é um momento desafiador, mas também um momento emocionante, e aguardaremos os próximos passos.



